

FOLHA DE SAO PAULO

Auc - com

FOLHA DE SAO PAULO

12 AGO 1986

Diplomas em questão

Professores
Jornalistas

Ampliando-se para outras áreas que não a de Jornalismo, o debate acerca da obrigatoriedade do diploma universitário para o exercício profissional encontra ressonância em recente proposta feita pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, no sentido de que o certificado de conclusão de curso superior passe a ser exigido de forma seletiva, segundo o critério do prejuízo social que o exercício da profissão possa trazer. Trata-se de um critério bastante amplo, que se presta a muitas interpretações. Mesmo assim, é importante que as discussões sobre o tema se desenvolvam desse ponto de partida. Reportagem publicada neste domingo revela, a propósito, a importância de se circunscrever com mais clareza os limites entre o que é defesa elementar da sociedade e o que é, apenas, privilégio de um setor específico de profissionais.

Evidentemente, há atividades que, pela alta especificidade de que se revestem, não prescindem de um rigoroso e sistemático treinamento especializado, do qual faz prova o certificado de conclusão de curso próprio. É o caso, por exemplo, da Medicina. Igualmente flagrante, no entanto, é o absurdo de exigir-se diploma profissional em atividades

—como as de ator e jornalista— cuja proficiência é avaliada por critérios mais amplos de mercado.

Na realidade, a exigência do diploma universitário, muitas vezes, consiste unicamente no estabelecimento de feudos de ofícios, espécies de reservas de mercado para o exercício profissional, numa exteriorização mal-disfarçada de mesquinho espírito corporativo. Na febre das regulamentações profissionais, muitas vezes terminou-se por conferir uma abrangência muito ampla à definição das áreas que seriam exclusivas de determinada categoria. Mesmo dentro de uma profissão para cujo exercício se reconhece a necessidade de diploma, há atividades que, em si, não necessitariam de qualificação universitária. Gradações e normas cuidadosas, portanto, deveriam ser cogitadas para diversos estatutos profissionais. É chegado o momento de que, na esteira da sugestão feita pela Comissão Arinos, se promova um debate o mais amplo e democrático possível sobre este tema, a fim de que o veredito sobre a qualificação formal que se deverá exigir de cada profissão fique a cargo da sociedade como um todo, e não entregue ao sabor de interesses localizados.

J